

Capítulo 11

Movimento Social Negro e Práticas Educativas Decoloniais em Roraima

Antônia Pedrosa Vieira¹

Tiago Nicolau da Silva²

Sheila Mangoli Rocha³

Introdução

Este estudo teve por propósito fomentar reflexões sobre práticas de educação popular em Roraima, a partir da atuação do movimento social negro educador, destacando sua expressividade na construção do pensamento decolonial e inclusivo, além da sua contribuição na estruturação de instrumentos valiosos para a desconstrução de práticas racistas cotidianas. A relevância deste tema decorre da necessidade urgente de promoção de uma educação que questione e desafie as estruturas coloniais e racistas ainda presentes na sociedade. Os princípios da educação decolonial contemplam não apenas a inclusão, mas a valorização das culturas e conhecimentos originários das populações negras e indígenas, propiciando uma formação crítica e reflexiva.

O objetivo deste estudo consiste em analisar como as práticas educativas desenvolvidas pelo movimento social negro em Roraima contribuem para a construção de uma educação decolonial. Esse movimento analítico perpassa compreender como essas práticas são im-

-
1. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), docente da rede pública de ensino em Roraima e mestranda em Educação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: pedrosaantonia21@gmail.com
 2. Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente é mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR).. E-mail: tiago.n@outlook.com.br
 3. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: sheilamangoli@gmail.com

plementadas e quais são seus potenciais impactos na formação de uma consciência crítica entre os educandos, bem como destacar os desafios enfrentados pelo movimento social negro na promoção de uma educação antirracista e decolonial, além das estratégias utilizadas para superá-los.

O problema central investigado neste estudo se refere à persistência das práticas racistas nas estruturas sociais e educacionais de Roraima e a forma como o movimento social negro tem atuado para desconstruí-las. As práticas educativas decoloniais surgem como uma resposta ao racismo⁴, propondo uma educação que valoriza as identidades e histórias das populações marginalizadas, contribuindo para a promoção da igualdade e da justiça social.

A justificativa para este estudo reside na importância de dar visibilidade às iniciativas do movimento social negro em Roraima e seu papel fundamental na luta contra o racismo e pela educação decolonial. Ao destacar essas práticas, esperamos contribuir para o fortalecimento dessas ações e incentivar outras comunidades a adotarem abordagens semelhantes. Além disso, compreender as práticas educativas decoloniais pode oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A metodologia adotada neste estudo foi pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão e análise de literatura existente sobre o tema. Foram utilizados livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações que abordam a educação decolonial, o movimento social negro e suas práticas educativas. A pesquisa bibliográfica permitiu a construção de um referencial teórico sólido, fundamentando as discussões e análises abrangentes e localizadas apresentadas ao longo do capítulo. Além disso, a revisão da literatura possibilitou identificar lacunas e questões que ainda necessitam de maior investigação.

A discussão do tema é fundamental para que os leitores compreendam a importância das práticas educativas decoloniais e do movi-

4. O racismo é, simultaneamente, uma ação resultante da aversão em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável, como cor da pele ou tipo de cabelo, e um conjunto de ideias relacionadas à existência de raças superiores e inferiores (Gomes, 2005).

mento social negro em Roraima no combate ao preconceito racial⁵. O estado de Roraima, localizado na Região Norte do Brasil, é marcado por grande diversidade étnico-cultural, com significativa presença de populações indígenas e negras. No entanto, essas populações historicamente enfrentam processos de exclusão e marginalização. Considerando esse contexto, são discutidas as práticas educativas decoloniais, que se apresentam como uma ferramenta poderosa para promover a inclusão, a valorização da diversidade e a desconstrução do racismo. Na sequência, apresenta-se o movimento social negro educador em Roraima, que, com esse fito, atua em diversos setores, desde a educação formal até a cultura e o ativismo social, desenvolvendo ações que buscam transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Movimento Social e Educação Emancipatória

Inicialmente, antes de adentrar mais especificamente na discussão proposta neste capítulo, faz-se necessário compreender a articulação entre educação emancipatória e movimento social. O movimento social⁶ é um agente crucial na promoção da educação emancipatória. A educação emancipatória⁷ proporciona aos sujeitos ferramentas te-

5. Preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial, que tem como principal característica a inflexibilidade, pois tende a ser mantido mesmo em face de fatos que o contestem. “O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo” (Gomes, 2005, p. 54).

6. Os movimentos sociais se caracterizam por ações sociopolíticas coletivas, organizadas de diferentes formas para expressar as demandas de determinado grupo social (Gohn, 2011).

7. Educação emancipatória é um conceito calcado fortemente nas teorias marxista e freiriana, relacionado ao reconhecimento das contradições da estrutura de classes sociais instaurada pelo sistema capitalista como requisito para práticas educativas voltadas à formação de sujeitos capazes de promover a superação coletiva desse sistema baseado na exploração da força de trabalho e acumulação de riqueza. “Esta educação, orientada para a transformação da sociedade, exige que se parta do contexto concreto/vivido para se chegar ao contexto teórico, o que requer a curiosidade epistemológica, a problematização, a rigorosidade, a criatividade, o diálogo, a vivência da práxis e o protagonismo dos sujeitos” (Paludo, 2010, p. 141).

órico-práticas para questionamento e crítica às normas e aos valores dominantes na sociedade, possibilitando a busca pela liberdade por meio do conhecimento e da compreensão (Freire, 2005). Esta forma de educação vai além da simples transmissão de conhecimentos, capacitando os sujeitos para se tornarem agentes ativos de mudança na sociedade. Ao longo desse processo, os sujeitos são encorajados a refletir sobre o *status quo* e as estruturas de poder existentes, requisito para uma transformação social significativa.

Paulo Freire, um dos principais teóricos da educação emancipatória, argumenta que a educação é um ato político capaz de transformar a realidade. Freire destaca que a educação não é um processo neutro, mas sim um meio de intervenção política, com o potencial de capacitar os indivíduos para que se tornem sujeitos críticos e conscientes de sua realidade (Freire, 2005). Ele defende uma pedagogia crítica que promova a conscientização⁸, permitindo que os sujeitos compreendam e questionem a realidade social, política e econômica em que vivem. Esta visão coloca a educação como uma ferramenta fundamental para a emancipação dos oprimidos.

Freire (2005) enfatiza que a educação emancipatória começa pelo reconhecimento das condições históricas, econômicas e sociais que moldam a vida dos indivíduos. Para ele, a conscientização dos indivíduos sobre as estruturas de poder e opressão é essencial para a transformação da sociedade. Por meio desse processo de conscientização, os indivíduos são capacitados a reconhecer e desafiar as injustiças sociais e a trabalhar para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Esse processo de educação emancipatória é visto como o caminho para a libertação dos oprimidos.

Nesse mesmo sentido, István Mészáros defende a educação como um ato político e um instrumento de emancipação. Mészáros (2005) argumenta que a educação deve ser utilizada para desafiar e transfor-

8. Conscientização é o movimento pelo qual os sujeitos se aproximam criticamente da realidade e agem sobre ela, portanto, é a base da educação libertadora, pois se configura como condição para que os sujeitos assumam o compromisso de, diante do contexto histórico e social, fazer e refazer o mundo, bem como fazer e refazer a si mesmos, como anunciadores e denunciadores, comprometidos permanentemente com a transformação (Freire, 1979).

mar as estruturas de poder existentes, promovendo a igualdade social. Ele acredita que a educação tem o potencial de capacitar os indivíduos para se tornarem agentes ativos de mudança na sociedade. Para o autor, a educação emancipatória é um processo de aprendizagem que envolve a crítica das estruturas de poder e a luta pela justiça social e igualdade.

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na implementação da educação emancipatória. Eles são fundamentais para sensibilizar a sociedade sobre questões de desigualdade e injustiça, contribuindo para a promoção de uma educação que respeite e valorize todas as culturas e identidades (Gohn, 2011). Por meio de suas ações coletivas e mobilizações, os movimentos sociais têm o poder de trazer à luz as injustiças sociais e desafiar as estruturas de poder existentes. Eles criam espaços de diálogo e aprendizagem nos quais os indivíduos podem se engajar em discussões críticas sobre questões sociais e políticas, influenciando políticas educacionais e promovendo a inclusão de perspectivas marginalizadas no currículo educacional.

Além disso, os movimentos sociais são essenciais para averiguar o cumprimento das responsabilidades dos sistemas educacionais na oferta escolar e na implementação eficaz das políticas de educação emancipatória. Eles atuam como vigilantes, monitorando as práticas educacionais e as políticas implementadas pelo Estado. Esse papel de fiscalização é crucial para identificar e denunciar práticas discriminatórias e injustas, exigindo a adoção de medidas que promovam a igualdade e a justiça. Ao mobilizar a comunidade, os movimentos sociais criam uma rede de apoio que fortalece a implementação das políticas de educação emancipatória e assegura que elas realmente beneficiem as populações marginalizadas (Gohn, 2011).

No campo político, o pensamento emancipatório está intrinsecamente ligado a movimentos e ideologias que buscam a transformação social e a superação das estruturas de poder opressivas. Esse pensamento envolve o questionamento e a crítica das relações de dominação, além da desconstrução de narrativas dominantes que perpetuam a desigualdade. Movimentos sociais de direitos civis, igualdade de gênero, justiça social e direitos dos trabalhadores são exemplos de iniciativas que desafiam as estruturas de poder e buscam promover a transformação social e política (Santos, 2007). Esses movimentos,

por intermédio de luta e resistência, contribuem para a construção de uma sociedade igualitária.

A educação transformadora e emancipatória é aquela que envolve a colaboração de escolas, pais, docentes, autoridades públicas, profissionais e a sociedade em geral, na construção de instrumentos analíticos críticos para a educação de crianças, adolescentes e adultos. Esse tipo de educação busca formar os indivíduos para que se tornem agentes ativos de mudança na sociedade, capazes de promover a conscientização, a valorização da diversidade e a inclusão, pela via da igualdade de oportunidades para todos. A educação transformadora é fundamental para a construção de uma sociedade justa, equitativa e inclusiva (MST, 2019).

A educação, analisada por esse ângulo, perpassa a teoria de autores influentes como Karl Marx e Pierre Bourdieu, que discutem a educação como ferramenta de emancipação, embora a abordagem de cada um seja distinta. Marx, filósofo e economista do século XIX, destaca a luta de classes como a força motriz da história. Ele argumenta que a emancipação verdadeira só pode ser alcançada com a superação do capitalismo e a instauração de uma sociedade comunista, na qual os trabalhadores controlam os meios de produção (Marx, 1867). Essa perspectiva coloca a educação como um meio de conscientização e organização da classe trabalhadora, crucial para a transformação social.

Pierre Bourdieu, por outro lado, vê a educação de uma perspectiva sociológica, enfatizando como as estruturas sociais e culturais influenciam a vida das pessoas. O sociólogo argumenta que a educação é um dos principais mecanismos pelos quais a classe dominante mantém seu poder. Ele acredita que a educação transmite as normas e valores da classe dominante, perpetuando o *status quo* (Bourdieu, 1977). No entanto, Bourdieu reconhece que a educação pode ser um instrumento de mudança social e emancipação se utilizada de maneira crítica e reflexiva, desafiando as estruturas de poder e promovendo a equidade social.

A educação emancipatória, apoiada pelos movimentos sociais, é fundamental para a transformação social e a promoção da igualdade. A educação emancipatória é um processo que permite aos indivíduos questionar as normas e valores dominantes, buscar a liberdade por

meio do conhecimento e da compreensão, e se tornarem agentes ativos na transformação da sociedade. Nessa perspectiva, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na promoção da educação emancipatória, pois são capazes de desafiar as estruturas de poder existentes e promover a equidade social. Esses movimentos trazem à tona as injustiças sociais e criam espaços de diálogo e aprendizagem nos quais os indivíduos podem se engajar em discussões críticas sobre questões sociais e políticas (Gohn, 2011). Ao influenciar as políticas educacionais, os movimentos sociais contribuem para a inclusão de perspectivas marginalizadas no currículo educacional, promovendo uma educação mais inclusiva, equitativa e justa.

Além disso, por meio de suas ações, eles podem mobilizar a comunidade para apoiar a implementação de políticas de educação emancipatória, criando uma rede de apoio que fortalece a implementação dessas políticas e assegura que elas realmente beneficiem as populações marginalizadas.

No contexto dos movimentos sociais, o pensamento emancipatório é um processo de questionamento e crítica das estruturas de poder e das relações de dominação. Este pensamento envolve a desconstrução das narrativas dominantes e a construção de novas narrativas que promovam a igualdade, a justiça e a liberdade (Santos, 2007).

Enfim, a educação emancipatória e transformadora é fundamental para capacitar os indivíduos a se tornarem agentes ativos de mudança na sociedade. Esta forma de educação promove a conscientização e a crítica das estruturas de poder, valoriza a diversidade e a inclusão e promove a igualdade de oportunidades para todos.

Colonialidade e Decolonialidade no Imaginário Social

A colonialidade, parte do projeto civilizatório da modernidade, pode ser entendida como um padrão ou matriz de poder que naturaliza determinadas hierarquias (territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero). Isso resulta na produção de subalternidade e na obliteração de conhecimentos, experiências e formas de vida das pessoas exploradas e dominadas. Este conceito foi introduzido por Aníbal Quijano (2000), referindo-se à maneira como as relações de poder

estabelecidas durante o período colonial continuam a influenciar a sociedade contemporânea. A colonialidade é, portanto, uma característica intrínseca da modernidade que perpetua relações sociais, políticas e culturais desiguais moldadas pelo colonialismo (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017).

Este movimento colonizador possibilita a reprodução e manutenção das relações de dominação ao longo do tempo, nas diversas esferas da vida social. Mesmo após o fim formal do colonialismo, a colonialidade persiste, influenciando as relações de poder e as estruturas sociais, econômicas e culturais na sociedade contemporânea. A colonialidade do poder descreve a persistência de práticas e estruturas coloniais na era pós-colonial, moldando as relações sociais, políticas e econômicas na era moderna (Quijano, 2000). A permanência dessas estruturas de poder colonial é observada em várias formas, desde as políticas de Estado até as interações cotidianas, passando pela educação e pela cultura.

No imaginário social, a colonialidade se manifesta de várias maneiras. Pode ser vista na forma como certas culturas, identidades e histórias são valorizadas em detrimento de outras. A persistência de estereótipos e preconceitos que marginalizam culturas e grupos específicos é uma clara evidência da colonialidade. A colonialidade do saber, por exemplo, refere-se à maneira como certos tipos de conhecimento e formas de compreensão do mundo são privilegiados em detrimento de outros. Essa predominância de perspectivas eurocêntricas na academia marginaliza os saberes indígenas e afrodescendentes (Mignolo, 2000). Isso leva a um apagamento de conhecimentos que poderiam enriquecer a compreensão global, mas que são vistos como menos válidos ou pouco científicos.

Por outro lado, a decolonialidade é um processo de dismantelamento dessas estruturas coloniais. É um projeto que busca desafiar a hegemonia cultural e promover a diversidade e a inclusão. A decolonialidade envolve a crítica e a resistência às formas de poder e conhecimento estabelecidas durante o período colonial. Este processo de descolonização inclui a rejeição das formas de conhecimento e poder impostas durante o colonialismo e a valorização das formas de conhecimento e experiências que foram marginalizadas ou suprimidas.

A decolonialidade, portanto, é um projeto de transformação social e cultural que visa criar uma sociedade justa e igualitária, na qual todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas (Mignolo, 2000; Quijano, 2000).

A decolonialidade se configura não apenas como energia de resistência, mas também como razão “des-colonial”. Segundo Nelson Maldonado-Torres (2008), é uma postura ético-política e teórica que se opõe à mentira e à hipocrisia moderna colonial, enfocando novas bases para o conhecimento e buscando caminhos para um humanismo de reconhecimento das alteridades em nível planetário. O autor ainda sugere que a decolonialidade oferece uma abordagem crítica à modernidade e à colonialidade, desafiando e desestabilizando as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas durante o colonialismo. Assim, a decolonialidade é um projeto de transformação que busca a criação de uma sociedade na qual todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas.

O peruano Aníbal Quijano é um dos mais destacados teóricos do decolonialismo. Ele definiu o termo “colonialidade do poder”, que critica o eurocentrismo e valoriza a cultura do chamado “Sul Global”. Quijano (2000) argumenta que a colonialidade do poder é uma matriz estabelecida durante o período colonial que continua a influenciar as relações sociais, políticas e econômicas na era moderna. Ele defende a valorização e o reconhecimento das culturas e conhecimentos do “Sul Global”, desafiando a perspectiva eurocêntrica que domina as estruturas de conhecimento e poder. Ao fazer isso, ele destaca a necessidade de uma reavaliação e revalorização das contribuições históricas e culturais das sociedades subalternizadas.

O termo decolonialismo, ou decolonialidade, representa o conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que tentam diminuir, e até reverter, os efeitos da colonização nas sociedades em que esse processo histórico ocorreu. Esse conceito, trabalhado por teóricos como Walter Mignolo, refere-se a uma abordagem crítica à modernidade e à colonialidade, buscando desafiar e desmontar as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas durante o período colonial. Mignolo (2000) enfatiza que a decolonialidade é um projeto de transformação social e cultural que visa criar uma sociedade mais justa e

igualitária. Essa abordagem crítica procura desnaturalizar as relações de poder e questionar os fundamentos sobre os quais se baseiam.

A decolonialidade envolve a rejeição das formas de conhecimento impostas durante o período colonial e a valorização das formas de conhecimento marginalizadas ou suprimidas. Esse processo de descolonização inclui a crítica e a resistência às formas estabelecidas de poder e conhecimento, reconhecendo a diversidade e promovendo a inclusão. A decolonialidade busca criar uma sociedade na qual todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas. Isso inclui não apenas a resistência às formas de exploração econômica, marginalização cultural e opressão política, mas também a busca por alternativas que promovam justiça e igualdade (Maldonado-Torres, 2008).

No imaginário social, a decolonialidade se manifesta em diversas formas. Uma delas é a produção de conhecimento que desafia as narrativas hegemônicas, destacando perspectivas e vozes subalternas. Instituições de ensino, por exemplo, são espaços ímpares onde a decolonialidade pode ser promovida através da inclusão nos currículos de aspectos que reflitam a diversidade cultural e histórica dos povos. A valorização das epistemologias do Sul e a incorporação de saberes indígenas e afrodescendentes nos programas educativos são passos importantes nesse processo. Além disso, a arte e a cultura desempenham papéis fundamentais na promoção da decolonialidade, servindo como veículos de expressão e resistência.

Por outro lado, a resistência às estruturas coloniais no imaginário social também ocorre por meio de movimentos sociais e ações comunitárias. Estes movimentos trabalham para dismantelar as práticas discriminatórias e promover a inclusão. A decolonialidade, nesse contexto, é um projeto contínuo de luta e transformação. Ela envolve a mobilização de diversos setores da sociedade para desafiar e reconfigurar as relações de poder, criando novos espaços de reconhecimento e valorização das culturas marginalizadas. O fortalecimento dessas iniciativas é essencial para a construção de uma sociedade que realmente reflita a diversidade e a riqueza cultural do conjunto de seus membros.

A decolonialidade é um projeto abrangente que visa transformar profundamente a sociedade. No imaginário social, ela propõe a criação de novas narrativas que reconheçam e valorizem as contribuições

culturais, históricas e epistemológicas dos povos marginalizados. Essa transformação não se limita apenas à inclusão, mas busca uma mudança radical na forma como o conhecimento é produzido e disseminado. A incorporação de epistemologias do Sul e a valorização de saberes locais são passos indispensáveis nesse processo, pois desafiam a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e abrem espaço para múltiplas perspectivas e formas de saber.

A educação é uma das principais ferramentas para promover a decolonialidade no imaginário social. Instituições de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, desempenham papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. A inclusão de conteúdos que reflitam a diversidade cultural e histórica, bem como a promoção de uma pedagogia crítica e reflexiva, são essenciais para desconstruir as narrativas coloniais e construir um currículo mais inclusivo e representativo. Profissionais da educação têm a responsabilidade de promover um ensino que reconheça e respeite todas as culturas e identidades, possibilitando aos alunos, por meio da compreensão da realidade diversa, se tornarem agentes de mudança na sociedade.

Cabe ressaltar que, além da educação, a cultura e as artes também são campos importantes para a promoção da decolonialidade. Através da literatura, música, teatro, cinema e outras formas de expressão artística são questionadas as estruturas de poder e oferecidas novas representações culturais. Artistas e produtores culturais desempenham um papel crucial ao dar voz às histórias e experiências dos povos marginalizados, contribuindo para a construção de um imaginário social mais igualitário e justo. A valorização da cultura popular e das tradições locais é fundamental para promover a diversidade e a inclusão.

Os movimentos sociais persistem como agentes essenciais na luta pela decolonialidade, mobilizando pessoas, recursos e ideias para desafiar as estruturas de poder estabelecidas e promover a justiça social. Por meio de ações coletivas e mobilizações, os movimentos sociais conseguem trazer à tona as questões de desigualdade e discriminação, pressionando por mudanças nas políticas públicas e na sociedade como um todo. A decolonialidade, nesse sentido, é um projeto contínuo de resistência e transformação, que requer o engajamento de todos os setores da sociedade para ser bem-sucedido.

Enfim, a colonialidade e a decolonialidade, no imaginário social, são conceitos fundamentais para entender as dinâmicas de poder e conhecimento na sociedade contemporânea. Elas nos ajudam a compreender como as relações de poder foram estabelecidas durante o período colonial e como continuam a influenciar a sociedade atual. A decolonialidade, por sua vez, oferece um caminho para a reconstrução das estruturas sociais e promoção de inclusão, justiça e igualdade. Ao valorizar as diversas culturas e identidades, e ao capacitar os indivíduos para se tornarem agentes de mudança, a decolonialidade contribui para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Movimento Social Negro e Práticas Educativas Decoloniais em Roraima: Contribuições para uma Sociedade Antirracista

O Movimento Negro Educador tem desempenhado um papel crucial na luta por uma sociedade antirracista. A educação é vista como uma ferramenta poderosa para combater o racismo e promover a igualdade racial. Como Paulo Freire (2005) argumentou, a educação tem o potencial de ser uma prática de liberdade, em vez de uma prática de dominação. O Movimento Negro Educador adotou essa visão libertária, trabalhando para transformar a educação em uma ferramenta de empoderamento para a comunidade negra. Por meio da educação, o movimento desafia as narrativas racistas que desvalorizam as culturas afro-brasileiras, criando uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

A contribuição do Movimento Negro Educador para uma sociedade antirracista é imensa, em um esforço incansável para garantir que a educação seja inclusiva e representativa de todas as raças. Silva (2003) destaca que a inclusão é um componente fundamental da justiça social. O movimento tem lutado para que a educação não seja apenas inclusiva em termos de acesso, mas também em termos de conteúdo. Isso ocorre pela reivindicação por currículos que reflitam a diversidade de experiências e perspectivas, incluindo aquelas da co-

munidade negra, e que promovam uma visão ampla e crítica da história e cultura afro-brasileira.

O movimento tem sido incisivo quanto à inclusão de autores negros e conteúdos relacionados à cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Conforme Gomes (2006), é necessário que os estudantes negros vejam suas histórias e experiências refletidas em sua educação. O Movimento Negro Educador trabalha para garantir essa inclusão, acreditando que isso não só beneficiará os estudantes negros, mas também educará todos os estudantes sobre a rica história e cultura da comunidade negra. Ao integrar essas perspectivas nos currículos, o movimento ajuda a construir uma educação que valorize a diversidade e promova o respeito e a compreensão intercultural.

Além disso, o Movimento Negro Educador tem defendido a necessidade de professores antirracistas que possam educar os alunos sobre o racismo e como combatê-lo. Santos (2010) observa que é imprescindível que os professores sejam munidos com as ferramentas e o conhecimento necessários para educar os alunos sobre o racismo. O movimento defende a formação contínua de professores antirracistas, acreditando que, ao fazê-lo, é possível criar uma geração de estudantes preparados para desafiar o racismo e promover a igualdade racial. A formação de educadores conscientes e preparados é um passo fundamental para uma educação verdadeiramente transformadora.

O Movimento Negro Educador tem se concentrado em garantir que os estudantes negros tenham acesso a oportunidades educacionais iguais. Isso inclui lutar contra a discriminação racial na educação e promover políticas de ação afirmativa. Dias (2015) argumenta que a ação afirmativa é uma estratégia fundamental para combater a desigualdade racial na educação. O movimento trabalha para promover políticas de ação afirmativa que garantam que os estudantes negros tenham acesso a oportunidades educacionais iguais, lutando contra a discriminação racial e trabalhando para que todos os estudantes, independentemente de sua raça, tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

Em Roraima, o Movimento Negro Educador tem desempenhado um papel essencial para a construção de uma sociedade antirracista por meio de práticas educativas decoloniais. Esse movimento tem se

concentrado em criar espaços seguros e inclusivos onde a cultura e a história afro-brasileira são valorizadas e ensinadas. O trabalho desenvolvido inclui a realização de oficinas, seminários e rodas de conversa que abordam a história e a cultura negra, promovendo a conscientização e o respeito pelas contribuições dos afro-brasileiros na construção da sociedade roraimense.

A inclusão de conteúdos relacionados à cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares em Roraima tem sido uma das principais bandeiras do movimento. Pelo entendimento de que é vital que os estudantes negros se reconheçam, em termos de história e cultura, em sua educação, em Roraima o Movimento Negro Educador tem trabalhado para garantir que os currículos escolares incluam autores negros e temas que abordam a diversidade cultural e histórica da população negra. Esse trabalho não só enriquece a formação dos estudantes negros, mas também educa todos os alunos sobre a importância da igualdade racial e da valorização da diversidade.

O Movimento Negro Educador em Roraima também tem enfatizado a formação de professores antirracistas. A formação contínua desses educadores é crucial para que possam abordar questões de racismo e desigualdade de forma eficaz e sensível. Em Roraima, essa formação tem sido promovida por meio de cursos e workshops que preparam os professores para lidar com essas questões em sala de aula e para promover uma educação mais igualitária.

Além de atuar no ambiente escolar, o Movimento Negro Educador em Roraima tem se engajado com a comunidade através de eventos culturais e educativos. Estas iniciativas visam aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a valorização da cultura negra. Ribeiro (2018) argumenta que a conscientização é um passo necessário na luta contra o racismo, e, nesse sentido, o movimento tem organizado uma série de atividades, como festas culturais, exposições e apresentações artísticas, que destacam a riqueza e a diversidade da cultura afro-brasileira. Essas ações fortalecem a identidade cultural e promovem a inclusão social.

Por fim, o Movimento Negro Educador tem sido um defensor incansável dos direitos humanos em Roraima. Souza (2020) observa que a luta contra o racismo é uma luta pelos direitos humanos. O

movimento tem trabalhado para garantir que os direitos humanos dos negros sejam respeitados e protegidos, atuando como uma voz forte na defesa da dignidade e do respeito para todos, independentemente de sua raça. Em Roraima, essa defesa inclui a promoção de políticas públicas que combatam a discriminação racial e promovam a igualdade de oportunidades para todos.

A presença ativa do Movimento Negro Educador em Roraima também tem se refletido na promoção de políticas públicas que visam a equidade racial e o combate ao racismo. O movimento tem participado de fóruns e conselhos municipais, estaduais e nacionais, articulando propostas que defendem a inclusão e os direitos da população negra. Essas ações políticas são essenciais para assegurar que as mudanças desejadas no âmbito educacional sejam sustentáveis e tenham um impacto duradouro na sociedade (Oliveira, 2022). A influência do movimento nos espaços de formulação de políticas públicas reforça a importância de uma abordagem sistêmica e integrada para enfrentar o racismo.

No contexto de Roraima, a defesa de uma educação decolonial tem sido um dos pilares do Movimento Negro Educador. Ao questionar as bases do conhecimento eurocêntrico e valorizar os saberes tradicionais e afro-brasileiros, o movimento contribui para a desconstrução de preconceitos. A educação decolonial, ao destacar as diversas contribuições das culturas marginalizadas, permite que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e consciente sobre as injustiças históricas e contemporâneas. Assim, o movimento desafia as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e promove um ambiente educativo que valoriza a diversidade.

O fortalecimento das redes de apoio comunitário é outra estratégia empregada pelo Movimento Negro Educador em Roraima. Essas redes proporcionam espaços de acolhimento e suporte para os estudantes negros e suas famílias, promovendo a solidariedade e a resistência coletiva. Por meio de grupos de estudo, mentorias e projetos culturais, o movimento cria uma comunidade de aprendizado na qual os estudantes podem se sentir valorizados e empoderados. Esse apoio contínuo é vital para que os jovens negros possam superar as barreiras impostas pelo racismo e alcançar seus objetivos educacionais e profissionais.

Também, a colaboração com outras organizações sociais e movimentos é uma prática constante do Movimento Negro Educador em Roraima. Essas parcerias ampliam o alcance das ações e fortalecem as iniciativas de combate ao racismo. Ao unir forças com ONGs, associações de bairro e grupos de direitos humanos, o movimento consegue mobilizar mais recursos e criar uma frente unida contra a discriminação racial. A troca de experiências e conhecimentos entre diferentes organizações enriquece as estratégias de atuação e contribui para a formação de um movimento antirracista mais coeso e eficaz.

Enfim, o Movimento Negro Educador em Roraima tem desempenhado um papel fundamental para a construção de uma sociedade antirracista. Por meio de práticas educativas decoloniais, a inclusão de conteúdos culturais e históricos nos currículos escolares, a formação de professores antirracistas e a defesa de políticas públicas, o movimento tem contribuído significativamente para a valorização da diversidade e a promoção da igualdade racial. Suas ações contínuas e articuladas têm o potencial de transformar profundamente o cenário educacional e social de Roraima, promovendo uma sociedade justa e inclusiva.

Movimento Social e a Sua Importância para a Implantação de uma Política de Educação Antirracista

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel robusto na implementação de políticas de educação antirracista. Seguindo os ensinamentos de Freire (2005), a educação é um ato político e, portanto, os movimentos sociais são fundamentais para moldar a natureza dessa política. Eles fornecem uma plataforma para que vozes marginalizadas sejam ouvidas e desafiem as normas e práticas existentes que perpetuam o racismo. A educação antirracista se propõe a responder à persistência do racismo na sociedade e nas instituições educacionais, e os movimentos sociais têm sido incansáveis na luta para expor e desmontar as estruturas racistas dentro do sistema educacional (Gillborn, 2005).

A importância dos movimentos sociais na implementação de políticas de educação antirracista é evidente ao longo da história. Por

exemplo, o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1960, levou à dessegregação das escolas e à implementação de políticas de educação igualitária (King, 1963). Esse foi um marco significativo na luta pela igualdade racial na educação, demonstrando o impacto poderoso que os movimentos sociais podem ter na reformulação das políticas públicas e na promoção da justiça social. A luta pela dessegregação escolar mostrou que a mobilização coletiva pode desafiar e transformar profundamente as estruturas racistas enraizadas na sociedade.

Como pode ser percebido, os movimentos sociais têm sido fundamentais para a criação de uma consciência crítica sobre o racismo na educação. Bell Hooks (1994) argumenta que a educação é uma prática de liberdade, e os movimentos sociais têm promovido essa liberdade por meio da educação antirracista. Esforços significativos têm sido despendidos para aumentar a conscientização sobre o racismo e suas manifestações na educação, pois os movimentos entendem que a conscientização permite que educadores, estudantes e a sociedade em geral reconheçam e enfrentem o racismo sistêmico, criando um ambiente educacional que valoriza a diversidade e a equidade.

No entanto, a implementação de políticas de educação antirracista enfrenta desafios significativos. Ladson-Billings (1998) aponta que há uma resistência institucional considerável ao antirracismo na educação. Essa resistência pode se manifestar em políticas e práticas que perpetuam a desigualdade racial, bem como em atitudes e crenças que sustentam o racismo. Apesar desses desafios, os movimentos sociais continuam a pressionar pela implementação de políticas de educação antirracista, desafiando o racismo onde quer que ele se manifeste e exigindo mudanças que promovam a igualdade racial. A luta contínua desses movimentos é fundamental para a construção de um sistema educacional que seja verdadeiramente justo e inclusivo.

Isso porque, como Leonardo (2009) argumenta, a luta contra o racismo é uma luta contínua, e os movimentos sociais são fundamentais para essa luta. A resiliência e a determinação desses movimentos são essenciais para a construção de um sistema educacional que não apenas reconheça, mas também combata ativamente a discriminação racial.

Além disso, os movimentos sociais têm sido fundamentais para a criação de espaços alternativos de educação que desafiam o racismo. Segundo Darder (2017), esses espaços são cruciais para a implementação de políticas de educação antirracista. Eles fornecem uma alternativa ao sistema educacional e oferecem um espaço onde a educação antirracista pode florescer. Esses espaços permitem a experimentação e a implementação de pedagogias que valorizam a diversidade e promovem a justiça social, demonstrando que uma educação diferente e mais inclusiva é possível e viável.

O papel desempenhado pelos movimentos sociais na implementação de políticas de educação antirracista, além de ser visível globalmente, também é evidente no contexto brasileiro. Conforme Santos (2002), os movimentos sociais têm desempenhado um papel decisivo na luta contra o racismo na educação no Brasil. É preciso reafirmar seu empenho para fomentar a igualdade racial na educação por meio da luta por currículos inclusivos, formação de professores antirracistas e implementação de políticas de ação afirmativa. Essas ações são fundamentais para transformar o sistema educacional brasileiro e promover uma educação que realmente reflita a diversidade e a riqueza cultural do país.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há muito trabalho a ser feito. Paixão (2003) argumenta que o racismo na educação continua a ser uma realidade no Brasil e os movimentos sociais são fundamentais para desafiar essa realidade. Eles continuam a lutar por uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e justa para todos, pressionando por mudanças estruturais que eliminem a discriminação e promovam a igualdade. O compromisso contínuo dos movimentos sociais é essencial para garantir que as políticas de educação antirracista sejam implementadas de forma eficaz e que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Práticas de Educação Popular do Movimento Negro em Roraima

A educação democrática que ajuda no processo de emancipação humana precisa ser construída por pessoas que entendam e respeitem as diversidades que compõem a sociedade brasileira. Em Roraima, essa

premissa é essencial, pois a região é marcada por significativa presença de populações indígenas e negras. Os discentes da educação básica, além dos conhecimentos de cálculo, leitura e escrita, também precisam conhecer as particularidades das culturas que formam a identidade nacional. O Movimento Negro em Roraima tem se empenhado em garantir que a educação oferecida seja inclusiva e representativa, estimulando a valorização das contribuições culturais afro-brasileiras e indígenas.

O Brasil, desde sua formação como um povo, teve a contribuição dos povos indígenas, africanos e europeus. Esse caldeirão cultural deve ter como premissa a diversidade e a pluralidade cultural. O reconhecimento da história brasileira descolonizada é fundamental para valorizar todas as contribuições na construção do que chamamos de Brasil. Em Roraima, o Movimento Negro trabalha para resgatar e promover o conhecimento das histórias e culturas que foram marginalizadas, enfrentando as narrativas eurocêntricas que predominam no currículo escolar. Essa abordagem contribui para uma educação mais equitativa, que reconhece e valoriza a diversidade cultural.

Ao longo da história do país, negros e negras se organizaram de diferentes formas para lutar por seus direitos e para que suas vozes fossem ouvidas. O Movimento Negro contemporâneo em Roraima, alinhado com o Movimento Negro Unificado (MNU)⁹, tem se manifestado ativamente por uma educação étnico-racial. Segundo Domingues (2020), essa pauta faz parte da luta por introduzir estudos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares, bem como reavaliar o papel do negro na História do Brasil. Essas demandas são fun-

9. O Movimento Negro Unificado (MNU) se autodefine como uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada em 1978, representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país. Para enfrentar o racismo e a discriminação racial, este movimento mudou a forma de a população negra lutar, saindo das salas de debate e conferência para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, elaborando panfletos e jornais, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas (Barbosa, Milton. Verbete Movimento Negro Unificado (MNU). Dicionário *on line* de Favelas Marielle Franco. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Negro_Unificado_\(MNU\)\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Negro_Unificado_(MNU))).

damentais para que a educação reflita a diversidade e complexidade da sociedade brasileira.

A Lei nº 10.639/2003, que exige a implantação efetiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, foi um marco significativo nessa luta. Em Roraima, a implementação dessa Lei tem contado com a participação ativa do Movimento Negro, que trabalha em conjunto com Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, militantes e professores que lidam com a questão racial (Silva, 2012). Essa articulação visa oferecer respostas na área da educação, atendendo às demandas dos afro-brasileiros e promovendo políticas de reparação.

As Diretrizes propõem ações educativas de combate ao racismo e à discriminação, como a inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana nos programas de concursos públicos para admissão de professores (Brasil, 2004). Destaca-se o papel da instituição escolar na eliminação do racismo, proporcionando acesso a conhecimentos científicos e registros culturais diferenciados. Em Roraima, essas práticas são implementadas por meio de projetos educativos que visam fortalecer a consciência negra e a valorização da origem africana, promovendo um ambiente escolar que reconhece e respeita a diversidade cultural.

Além de atuar na implementação de políticas educacionais, o Movimento Negro em Roraima tem se dedicado à formação contínua de educadores. Esses esforços incluem a realização de cursos e workshops sobre pedagogias antirracistas e a história afro-brasileira e africana. Ao capacitar os professores para lidar com questões de racismo e discriminação em sala de aula, o movimento busca criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes. Esses programas de formação são essenciais para garantir que os educadores estejam bem-preparados para abordar a diversidade cultural de maneira respeitosa e informada.

Uma das iniciativas mais notáveis do Movimento Negro em Roraima é a promoção de eventos culturais e educativos que celebram a identidade afro-brasileira. Festivais, palestras e exposições artísticas são organizados regularmente para destacar a riqueza e a diversidade

da cultura negra. Essas atividades não apenas promovem a valorização das tradições culturais afro-brasileiras, mas também servem como plataformas para a educação e a conscientização sobre a importância da igualdade racial. Ao envolver a comunidade em celebrações culturais, o movimento fortalece os laços sociais e promove um senso de identidade e orgulho entre os participantes.

Outro aspecto importante das práticas de educação popular do Movimento Negro em Roraima é a criação de espaços de diálogo e reflexão sobre o racismo. Rodas de conversa e debates são organizados para discutir temas como discriminação racial, violência policial e inclusão social. Esses espaços proporcionam uma oportunidade para que os membros da comunidade compartilhem suas experiências e busquem soluções coletivas para os desafios enfrentados. A troca de ideias e a construção conjunta de conhecimento são fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária e justa.

O Movimento Negro em Roraima também tem trabalhado para garantir a representatividade negra nas instituições educacionais e políticas públicas. Isso inclui a defesa da inclusão de mais profissionais negros em posições de liderança e decisão, bem como a promoção de políticas que garantam a igualdade de oportunidade para todos. Ao lutar por maior representatividade, o movimento busca transformar as estruturas de poder e criar um sistema mais equitativo e inclusivo. A presença de líderes negros em instituições-chave é essencial para a proposição e a efetividade de políticas que reflitam as necessidades e os interesses da população negra.

Além disso, a colaboração com outras organizações sociais e movimentos é uma estratégia vital para o sucesso do Movimento Negro em Roraima. Reiteradamente, parcerias com ONGs, associações comunitárias e grupos de direitos humanos ampliam o alcance das iniciativas e fortalecem as ações de combate ao racismo. Essas colaborações permitem a troca de experiências e recursos, criando uma rede de apoio que potencializa o impacto das ações educativas e culturais. O trabalho em conjunto com outras entidades é fundamental para a construção de um movimento antirracista coeso e eficaz, capaz de promover mudanças duradouras na sociedade.

As práticas educativas do Movimento Negro em Roraima também têm focado na resistência e resiliência cultural. Por meio da promoção de eventos culturais que celebram a herança africana, o movimento busca fortalecer a identidade dos afro-brasileiros e garantir que suas tradições e histórias sejam preservadas e transmitidas às gerações futuras. Festivais de cultura afro-brasileira, apresentações de dança e música, e exposições de arte são algumas das atividades que ajudam a manter viva a rica herança cultural da comunidade negra em Roraima. Esses eventos celebram a cultura negra ao mesmo tempo em que educam o público sobre a importância da diversidade cultural na formação da identidade nacional.

Além de atividades culturais, o Movimento Negro em Roraima tem desenvolvido projetos educativos que envolvem diretamente a comunidade local. Um exemplo é a criação de programas de mentoria para jovens negros, que visam proporcionar orientação acadêmica e profissional. Esses programas conectam estudantes com mentores que podem oferecer suporte e conselhos, ajudando-os a superar desafios educacionais e a alcançar seus objetivos. A mentoria é uma ferramenta poderosa para capacitar jovens e fortalecer a comunidade, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A pesquisa e a produção acadêmica também são áreas importantes de atuação do Movimento Negro em Roraima. Incentivar a realização de estudos que enfoquem a história e a cultura afro-brasileira é crucial para construir um conhecimento que desafie as narrativas eurocêntricas e destaque as contribuições dos negros na sociedade. Publicações de artigos e livros, além da organização de conferências acadêmicas, são algumas das formas pelas quais o movimento contribui para a produção de conhecimento decolonial. Esses esforços acadêmicos ajudam a criar uma base teórica sólida que sustenta as práticas educativas e culturais promovidas pelo movimento.

Por fim, é preciso afirmar que o engajamento com políticas públicas é outra área prioritária para o Movimento Negro em Roraima. Além de pressionar por mudanças nas políticas educacionais, o movimento também atua em áreas como saúde, habitação e emprego, sempre com o objetivo de promover a igualdade racial. A colaboração com autoridades governamentais e a participação em conselhos e co-

missões são estratégias utilizadas para garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e os interesses da população negra. Este engajamento político é essencial para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Considerações Finais

A luta contra o racismo e as discriminações deve começar pela educação escolar. No Brasil, grande parte da população tem acesso limitado à educação formal após a escola básica. Portanto, é crucial que temas relacionados às relações étnico-raciais sejam discutidos desde as séries iniciais. Essa abordagem gera debates e promove a compreensão histórica das diversas populações que compõem a identidade brasileira. No contexto de Roraima, onde há presença significativa de populações indígenas e negras, essa discussão é ainda mais necessária para garantir a inclusão e o respeito às diversidades culturais.

O permanente diálogo entre a educação e o Movimento Negro é essencial para a construção de uma educação democrática que atenda às realidades e demandas dos estudantes pretos e pardos. Os movimentos sociais atuam como mediadores entre o Estado e as necessidades da comunidade negra, desempenhando um papel fundamental na promoção da justiça social. Em Roraima, especialmente, o Movimento Negro tem sido ativo na defesa de uma educação que valorize as contribuições culturais afro-brasileiras e promova a igualdade racial. Esse esforço conjunto é vital para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

O estreitamento da relação entre a sociedade e a escola pode ser alcançado por meio do Movimento Negro educador. Ao ouvir as demandas e necessidades dos alunos negros, é possível criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Em Roraima, iniciativas como a inclusão de conteúdos relacionados à cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares e a promoção de eventos culturais têm contribuído para essa transformação. Essas práticas educativas decoloniais desafiam os padrões colonizados e promovem a construção de um saber coletivo e horizontalizado.

As ações do Movimento Negro em Roraima destacam a importância de uma educação que reconheça e valorize a diversidade cul-

tural. Ao promover a conscientização sobre o racismo e incentivar a formação de professores antirracistas, o movimento contribui para a criação de uma geração de estudantes preparados para desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade. A implementação efetiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais é um passo fundamental para a promoção da justiça social e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Em Roraima, o engajamento ativo do Movimento Negro tem sido determinante na luta por uma educação mais inclusiva e representativa. Por meio de parcerias com instituições educacionais e outras organizações sociais, o movimento tem conseguido ampliar o alcance de suas ações, contribuindo para a difusão de atividades educativas condizentes com a diversidade da sociedade brasileira. Essa colaboração fortalece a luta contra o racismo e a discriminação, contribuindo para a construção de uma sociedade na qual todos sejam tratados com dignidade e respeito.

Em conclusão, as práticas de educação popular do Movimento Negro em Roraima têm desempenhado um papel fundamental na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural. Por intermédio de uma abordagem multifacetada que inclui educação formal, eventos culturais, mentoria, pesquisa acadêmica e engajamento político, o movimento tem trabalhado incansavelmente para transformar a sociedade e promover uma educação decolonial. Essas iniciativas são essenciais para construir um futuro no qual todas as culturas e identidades sejam valorizadas e respeitadas, e em que a justiça e a igualdade sejam uma realidade para todos.

Referências

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288/10**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- COSTA, J. L. da. **Educação e Movimento Negro: uma análise da luta por igualdade racial**. São Paulo: Editora Unesp, 2024.
- DARDER, A. **Pedagogia crítica e resistência cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- DIAS, M. A. **Ação Afirmativa e Igualdade Racial: uma análise das políticas educacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: uma utopia e várias histórias do tempo presente**. In: REIS, Tiago S. et.al. (Org.). **Coleção História do Tempo Presente: Volume 3**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GILLBORN, D. **Educação, racismo e justiça social**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei 10.639**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.
- GOMES, N. L. **Literatura e identidade negra: a inclusão de autores negros nos currículos escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HOOKE, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KING, M. L. **Eu tenho um sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.
- LADSON-BILLINGS, G. Just what is critical race theory and what's it doing in a nice field like education? **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 11, n. 1, p. 7-24, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/095183998236863> Acesso em: 12 jun. 2024.
- LEONARDO, Z. **Race, whiteness, and education**. New York: Routledge, 2009.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império, colonialidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 67-78, 2008. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2021/05/Maldonado_Torres_Topologia_rccs-695.pdf Acesso em: 15 jun. 2024.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boi tempo, 1867. Adaptação: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, P. L. **O papel da educação na promoção da igualdade racial**. São Paulo: Cortez, 2024.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boi tempo, 2005.

MIGNOLO, W. D. **Local histories/global designs**: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **Educação do Campo**: a escola que queremos. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, R. C. de. **Racismo e desigualdade racial**: uma análise das estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 2022.

PAIXÃO, M. **Racismo e desigualdade no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

PALUDO, C. Verbete educação popular. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZIT KOSKI, J. J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 50, n. 178, p. 1-15, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300> Acesso em: 14 out. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004> Acesso em: 12 out. 2023.

SANTOS, B. de S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 5-48, 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/11020> Acesso em: 14 out. 2023.

SANTOS, N. L. **Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, P. B. G. A educação das relações étnico-raciais no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 65-78, 2012.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

TONIAL, M.; MAHEIRIE, K.; GARCIA JUNIOR, A. **Colonialidade e processos identitários**: narrativas sobre trajetórias educacionais de jovens universitários indígenas. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 1-13, 2017.